

Uso da terra para a produção de hortaliças nos municípios conurbados da Grande Florianópolis

Land use for vegetable production in the municipalities of the Florianópolis region

Uso del suelo para la producción de hortalizas en los municipios conurbados de la región de Florianópolis

Clécio Azevedo da Silva – clecioas@gmail.com

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina

Orcid : <https://orcid.org/0000-0002-0410-3432>

Resumo

A Grande Florianópolis é uma tradicional produtora de alimentos que, em grande parte, serve ao consumo interno da região. O uso da terra por essa agricultura de proximidade se destaca pelo cultivo de várias espécies de hortaliças em pequenas unidades produtivas localizadas, principalmente, em área de transição rural-urbana. Nas últimas décadas, esses cultivos se mantêm sob o estímulo de um forte crescimento populacional, ao mesmo tempo em que são pressionados pela expansão das cidades e a concorrência com os usos urbanos. O aumento do preço da terra e as ocupações não agrícolas constituem ameaças à permanência da horticultura, as quais são enfrentadas pelos agricultores com mudança na base técnica, nas escolhas produtivas e na

formação de novas estratégias de comercialização.

Palavras-chave: Grande Florianópolis, Uso da terra, Produção de hortaliças, Expansão urbana.

Abstract

The Florianópolis region is a traditional food producer that largely serves its internal consumption. The use of land by this local agriculture stands out for the cultivation of various vegetable species in small production units located mainly in rural-urban transition areas. In recent decades, these crops have been maintained under the stimulus of strong population growth, while at the same time being pressured by the expansion of cities and competition with urban uses. The increase in land prices and non-agricultural occupations



constitute threats to the permanence of horticulture, which farmers face by changing the technical base, production choices, and the formation of new marketing strategies.

Keywords: Florianópolis região, Land use, Vegetables production, urban expansion.

Resumen

La Gran Florianópolis es una productora tradicional de alimentos que atiende, principalmente, al consumo interno de la región. El uso del suelo para esta agricultura local se destaca por el cultivo de diversas especies vegetales en pequeñas unidades de producción ubicadas principalmente en zonas de transición rural-urbana. En las últimas décadas, estos cultivos se han mantenido gracias al fuerte crecimiento poblacional, a la vez que se han visto presionados por la expansión urbana y la competencia con los usos urbanos. El aumento del precio de la tierra y las ocupaciones no agrícolas constituyen amenazas para la permanencia de la horticultura, a la que se enfrentan los agricultores debido a la transformación de la base técnica, las opciones de producción y la formulación de nuevas estrategias de comercialización.

Palabras clave: Gran Florianópolis, Uso del suelo, Producción de hortalizas, Expansión urbana.

Recebido em: 10/03/2026
Aceito para publicação: 24/03/2026

Introdução

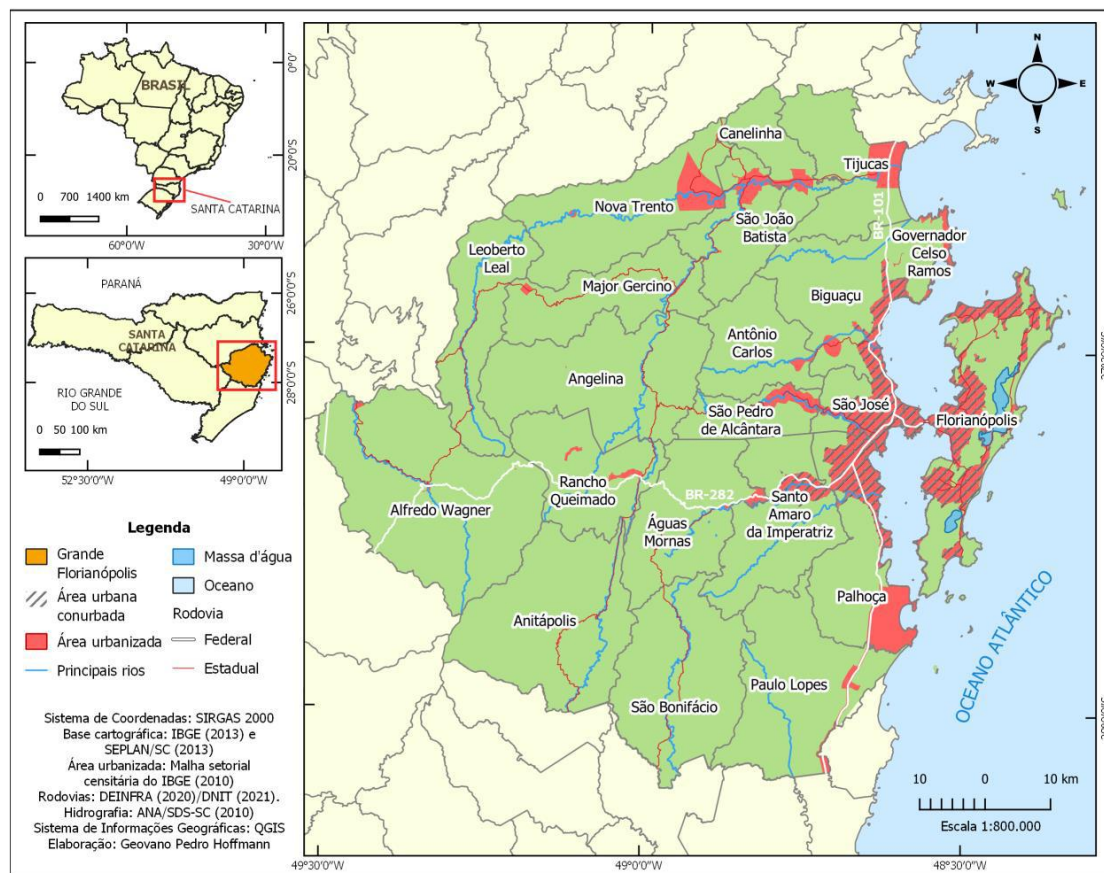
A Grande Florianópolis é uma microrregião geográfica localizada no estado de Santa Catarina (Brasil). Está constituída por 21 municípios, cuja história é marcada por forte tradição agrícola, predominantemente de caráter familiar. Ainda hoje, a produção de alimentos é importante para a economia regional e constitui-se, majoritariamente, de um cultivo diversificado de hortaliças e frutas, servindo, de forma significativa, ao abastecimento das populações locais.

Neste trabalho, tratamos de apresentar elementos de uma pesquisa sobre o uso da terra para a produção de alimentos nos cinco municípios destacados em cor escura (roxa) na **figura 1**. Uma mancha urbana e contínua desses municípios compõe o núcleo conurbado da Grande Florianópolis: além da capital, somam-se áreas dos vizinhos Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São José.

Segundo o último Censo Demográfico do Brasil (IBGE, 2022), os municípios conurbados possuem uma população residente de 1.134.153 habitantes, correspondente a cerca de 83% de toda a população da região. Em termos de população urbana, o núcleo conurbado concentra mais de 95% do conjunto da região da Grande Florianópolis ou, em números absolutos, 1.119.555 habitantes.

Apesar da realidade marcadamente urbana, a agricultura ainda se mantém com uma participação importante no uso da terra. As estatísticas mais recentes confirmam a presença de produções de diversas hortaliças e também de algumas lavouras temporárias, como o arroz e a mandioca (IBGE, 2025; IBGE, 2017).

Figura 01: Localização da Grande Florianópolis, com destaque para as áreas conurbadas



Fonte: Barreto et al., 2022. Elaborado por Geovano Pedro Hoffmann.

Metodologia

Para o estudo do uso da terra para a produção de alimentos, a coleta de dados dos cultivos é o primeiro passo. Em termos numéricos, é um desafio encontrar dados atuais e consolidados em uma única fonte. No entanto, com base nas informações disponíveis, podemos obter um panorama geral, destacando as principais culturas. Os dados mais recentes e detalhados geralmente são fornecidos pelo IBGE, por órgãos estaduais como a EPAGRI e também pelas secretarias municipais de agricultura, ainda que sua capilaridade e precisão possam variar.

Um segundo procedimento, é obter mapas de zoneamento das áreas junto às bases de dados das prefeituras e do IBGE, a fim de relacionar a produção com as condições formais (legais, tributárias) estabelecidas para o uso da terra. Tratando-se de áreas de municípios conurbados, a existência de uma variedade

de classes, oscilando do rural ao urbano, irá comportar a realidade de uma agricultura em espaços rurais compartilhada com uma agricultura urbana e periurbana (AUP).

A realização de entrevistas semi-estruturadas com agricultores constitui uma última etapa essencial da pesquisa para obtermos informações a respeito do histórico de exploração da unidade produtiva, das relações com a cidade e as mudanças que estão afetando, no contexto recente, a sua inserção em circuitos de proximidade. Iremos associar estas informações com a dinâmica de evolução da paisagem para elaborarmos avaliações qualitativas e perspectivas de futuro para a produção de alimentos nas áreas rurais, urbanas e periurbanas dos municípios conurbados da Grande Florianópolis.

Finalmente, o alinhamento dos dados primários e secundários com a análise do ritmo e forma de expansão da cidade irá nos permitir ponderar sobre o uso da terra para a produção de alimentos, suas fragilidades e suas tendências de futuro.

Questões teóricas norteadoras

A agricultura na proximidade se beneficia das vantagens de menores custos de transporte e relacionados ao armazenamento, transporte e manipulação, em conformidade com as abordagens clássicas de David Ricardo e Karl Marx sobre a renda diferencial (Marx, 1982).

A escala da proximidade continua sendo, para certas produções, definida em razão das características dos alimentos em seu estado natural, em especial a perecibilidade, mas também outras ligadas também à aparência (cor, textura). Neste particular, merece destaque o fato de que, tal como já havia observado Von Thünen em meados do século XIX, as produções agrícolas tendem a se localizar compondo grupos que se distinguem pela prioridade em relação à distância dos mercados (Bruno; Silva, 2022)

Ainda hoje, são facilmente encontradas hortas comerciais no interior e no entorno das cidades, indicando que toda a tecnologia incorporada na produção de alimentos não foi suficiente para se superar obstáculos próprios da natureza de muitos vegetais, principalmente nos grupos de hortaliças de folha, flor e fruto.

Mesmo em produções onde a tecnologia encontrou respostas para a superação dos obstáculos naturais (congelamento, desidratação e outras formas de processamento), a demanda pelo produto final fresco não foi senão parcialmente substituída (Wilkinson, 1999). A densidade técnica incorporada aos circuitos de hortícolas não foi capaz de vencer a perecibilidade (como fator limitante da escala) e retirar a importância da “distância-tempo” percorrida para deslocar a produção até o seu lugar de destino.

A proximidade pode, ainda, funcionar como um *handicap* aos produtores ao estimular os envios regulares de produtos frescos – e locais – ao pequeno varejo (esquivando-se da intermediação do CEASA e de grandes mercados) e a formação de circuitos diretos entre produtores e consumidores. Estes circuitos são compostos por feiras, entregas semanais de cestas de produtos e outras formas de compromisso (como a certificação e a garantia da qualidade orgânica ou agroecológica) que promovem um diferencial na renda obtida pelos produtores ao acessarem grupos de consumidores urbanos (Gelbcke et al., 2018).

Entretanto, a diferença entre os lucros médios esperados dos setores vai estimular ou não os investimentos agrícolas naquelas áreas não urbanizadas da cidade e no tecido periurbano (Silva, 2025). Como os lucros médios são maiores nas atividades com maior composição orgânica do capital, a atividade tenderá a desaparecer se não obtiver um alto coeficiente de relação entre capital fixo (equipamentos, tecnologia) e capital variável (força de trabalho) (Cario; Buzanelo, 1986).

Sendo a terra, para o uso agrícola, um meio de produção e não um suporte (como o é, para outros setores concorrentes da AUP), é importante que os ganhos de escala não dependam do aumento do tamanho dos lotes. Em outras palavras, para que a elevação do preço da terra e da tributação não a inviabilize, a saída possível para a AUP como atividade econômica é lograr o aumento da produtividade por área (Hespanhol; Hespanhol, 2022).

Explorando a perspectiva de Solari (1971), as formas tradicionais de produção no entorno das cidades seriam superadas pela agricultura capitalista na medida do avanço da urbanização. Portanto, estaríamos tratando de dois processos sobrepostos e atuando simultaneamente sobre a produção de

alimentos no entorno das cidades: a expansão das áreas urbanas e a mudança estrutural da agricultura.

Dificuldades para a permanência da produção

O uso da terra para a produção de alimentos nos municípios destacados da Grande Florianópolis está sendo fortemente afetado pelo processo de conurbação. Identificamos, assim, uma primeira dificuldade para a permanência da produção de alimentos: quanto mais a conurbação se expande, mais os usos agrários são afetados em sua renda pelo aumento progressivo do preço dos imóveis e da tributação patrimonial, uma vez que sofre a concorrência de outros usos potenciais da terra (residencial, comercial, industrial, de serviços...). Neste contexto, os espaços rurais recebem tratamento distinto da legislação tributária, na medida em que a existência da renda agrícola determina que ao proprietário seja cobrado o Imposto Territorial Rural (ITR), com a correspondente exclusão do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)¹.

Porém, por definição, a aplicação a AUP vê-se inserida num contexto de instabilidade estrutural, geradora de paisagens híbridas: pode-se dizer que esta é a incerteza fundamental da agricultura nas zonas periurbanas, que acumulam funções para servirem, de maneira simultânea e contraditória, aos usos agrários preexistentes e à expansão física dos setores urbanos (Câmara; Locatel, 2022; Silva, 2025). Em geral, são zonas onde a renda agrícola dos imóveis está ameaçada de regredir por ser sobreposta por outras rendas, ou até mesmo desaparecer.

Um elemento importante a se agregar é a presença de pequenas indústrias agrícolas de processamento ou beneficiamento de produtos que, dependendo de sua localização, podem ter sua dependência da agricultura desconsiderada. Essa realidade é comum para produtos que passam por processos de lavagem e embalagem antes de se dirigirem ao mercado consumidor, e podem ser

¹ Conforme Corrêa; Krueger; Oliveira (2001), a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal determina que, a qualquer imóvel, deve ser aplicado o ITR como o único tributo patrimonial, ainda que situado em perímetro urbano, desde que a atividade agrícola ou agropecuária ali exercida seja a fonte básica de renda de seu proprietário, fazendo valer o princípio jurídico da “destinação”.

consideradas como suportes ou complementos à produção agrícola, compondo a fonte de renda da propriedade.

No entanto, as exigências da legislação para que estes produtos circulem no mercado atuam, na maioria dos casos, como mecanismos de exclusão da agricultura familiar. A permanência dos produtores na informalidade não é incomum, e pode estar relacionada não somente à precariedade de suas condições de trabalho, mas também às normas técnicas da legislação sanitária. Ademais, a vizinhança das áreas urbanas endurece o regramento e a fiscalização. A passagem para o mercado formal não é um caminho viável para todos, forçando a saída das atividades agropecuárias, já que passa pelo atendimento aos requisitos de adequação de infraestrutura, pela aquisição de equipamentos, pela contratação de responsáveis técnicos (veterinário e engenheiro) e pela associação a uma cooperativa ou constituição de uma micro-empresa, condições necessárias para a formalização higiênico-sanitária e fiscal (Wilkinson & Mior: 1999).

O debate geográfico sobre a produção de alimentos nas proximidades da cidade diz respeito, então, a desvelar as configurações espaciais produzidas e reproduzidas pela capital. Trata-se, conforme Kautsky (1981: p.84), de “investigar se o capital põe a agricultura sob seu domínio, como a faz, como a transforma, como invalida as velhas formas de produção e as formas de propriedade, e cria a necessidade de novas formas. Neste sentido, pode-se dizer que a instabilidade estrutural das áreas periurbanas – e de sua produção agropecuária – é ditada pelas características e pela dinâmica dos setores da economia. Ou seja, não basta avaliar a AUP exclusivamente pelos contingenciamentos impostos pela legislação tributária e sanitária; também é preciso considerar a comparação entre o peso da agricultura e o dos outros setores da economia para definir o quanto essa atividade é ameaçada pelo avanço da cidade.

A tabela 1 informa sobre a participação da agricultura nas economias dos municípios conurbados da Grande Florianópolis. Nesta tabela adicionamos, a título de referência, o município de Antônio Carlos, que apresenta uma agricultura de grande importância para a região. Em relação ao PIB, o conjunto apresentou em 2021, segundo o IBGE, uma cifra de pouco menos de 50 bilhões de reais, visto que o *valor adicionado bruto* (VAB) da agropecuária somava cerca

de 540 milhões de reais, ou 1,13% do VAB total. A **tabela 1** apresenta os valores do PIB total, do VAB da agropecuária e sua porcentagem:

Tabela 1. Produto Interno Bruto municipal e valor adicionado bruto da agricultura, 2021

Municípios	PIB Total (Mil Reais)	VAB da Agrop. (Mil Reais)	% VAB da Agrop.
Antônio Carlos	796.471	244.182	34,2
Biguaçu	2.669.788	121.061	5,2
Florianópolis	23.555.034	75.454	0,4
Palhoça	8.208.640	51.110	0,8
Santo Amaro da Imperatriz	1.256.347	36.488	3,1
São José	13.838.193	9.971	0,1
Total	50.324.473	538.266	1,3

Fonte: IBGE (2025), em parceria com órgãos estaduais de estatística de Santa Catarina.

O relativo baixo valor adicionado pela agricultura na região se deve, entre outros fatores, a presença do município de Florianópolis como capital administrativa do estado de Santa Catarina que, sozinho é responsável por quase 50% do total do PIB da região. A título de comparação, Antônio Carlos (que não está conurbado, mas muito próximo e bem conectado pelo eixo rodoviário) é o único que se destaca na participação da produção agrícola. Ainda assim, possui uma relação do VAB que não chega à metade do PIB do município devido a participação da indústria no local, inclusive com a presença de uma grande fábrica de refrigerantes, o que concentra grande parte da renda local.

Uma dificuldade correlata para a permanência da produção de alimentos é a substituição progressiva do trabalho rural pelo urbano, o que impõe a necessidade de contratação de mão-de-obra externa num contexto de abandono dos jovens do trabalho agrícola e de envelhecimento das famílias. A vizinhança da cidade e a possibilidade da obtenção de emprego assalariado desestimula o interesse dos jovens na agricultura. Além disso, outros fatores relacionados à atração pelo modo de vida e sociabilidade urbana são igualmente importantes, ainda que difíceis de mensurar pelo seu grau de subjetividade. Sugere Rocha (2010), que, em muitos casos, as relações sociais e de trabalho para fora da

agricultura desestabilizam as atividades tradicionais, inviabilizam projetos futuros e levam ao desaparecimento das unidades produtivas.

Regionalmente, o abastecimento alimentar teria dificuldade em manter os seus fluxos se não efetuar a passagem de uma agricultura com características “tradicionais” (uso intensivo do trabalho familiar, baixo uso de insumos externos, ênfase no autoconsumo etc.) para uma agricultura empresarial, “capitalista” (focada no uso intensivo de insumos, aumento da produtividade, mão-de-obra contratada e relação estreita com o mercado consumidor).

Por que a AUP continua, então?

Von Thünen, já em 1826, desenvolveu uma teoria da economia política voltada ao setor agrícola, sendo que uma de suas maiores contribuições ao tema foi a compreensão da localização dos tipos de produção em relação aos mercados consumidores. Com sua abstração do Estado Isolado, situação hipotética onde um Estado funciona a partir de relações socioeconômicas dinâmicas e eficientes, apenas com suas conexões internas, sendo que a produção dos diferentes gêneros agrícolas estaria disposta em forma de anéis concêntricos em torno de um grande centro urbano consumidor, de acordo com fatores como a capacidade de transporte, acesso aos fertilizantes, valor dos produtos, etc. A presença dos tipos de produção nos anéis determina, entre outras coisas, os preços finais dos produtos.

O preço que na cidade se paga inclui as tarifas de transporte e aumenta com a distância da zona urbana. Assim, como o aumento da distância da cidade, a produção agrícola deve ser a que – de acordo com seu valor – exige menores tarifas de transporte e, além disso, a que não se deteriora com facilidade e não precisa ser consumida ainda fresca (Waibel, 1949, p.4).

É certo que o desenvolvimento do capitalismo, sobretudo após a sua passagem para a fase monopolista, evidenciou os limites do modelo explicativo de Von Thünen, que não considera fatores como a incorporação de tecnologia, as economias de escala e a regulação do mercado. Mas por conta dessa relação da distância entre produção e consumo que a classificação de Von Thünen considera, na primeira faixa próxima à cidade, a produção de verduras, frutas, flores e leite

segue tendo alguma importância, já que tais produtos possuem uma alta perecibilidade e necessitam ser consumidos ainda frescos, próximo da origem.

Cabe, aqui, destacar que a agricultura de proximidade possui a peculiaridade de adaptar-se à morfologia imposta pelo crescimento físico da conurbação, acompanhando, em parte, a conversão de áreas rurais em novos espaços de expansão da cidade e do engrossamento do tecido periurbano. Uma nova geografia vem se desenhando de forma célere: na comparação entre os últimos dois Censos Demográficos, a taxa de urbanização no núcleo conurbado ficou ao redor de 137% (IBGE, 2010; IBGE, 2022).

Se nos atemos ao exame dos produtos hortícolas, o fato é que a estrutura de mercado indica a manutenção de uma base concorrencial que não se livrou da influência da menor distância dos mercados sobre a formação dos custos e dos lucros dos agricultores. As distâncias para escoamento da maior parte da produção variam, mas não ultrapassam os 20 km, considerando o deslocamento do interior até o centro de distribuição. Independente das produções estarem inseridas em cadeias com maior ou menor escala e tecnologia, a proximidade entre os espaços de produção e os espaços de consumo confere uma vantagem competitiva aos produtores da AUP, tais como favorecer as conexões diretas entre produtores e consumidores, a garantia do frescor e de aspectos da qualidade e a menor necessidade de técnicas de conservação dos alimentos.

Outro motivo é que as hortas se renovam em ciclos curtos de produção e contam com uma carta diversificada de espécies, oferecendo uma variedade de opções de escolha ao agricultor muito conveniente diante das expectativas de lucro. Trata-se de uma flexibilidade que permite que os produtores migrem e retornem facilmente de uns cultivos a outros, estabeleçam consórcios com múltiplas combinações e explorem economicamente terrenos com variadas dimensões. Esta flexibilidade confere à horticultura uma singular capacidade de adaptar-se às áreas de instabilidade estrutural produzidas pela expansão urbana.

Neste cenário, os produtos da horta demonstram uma inegável superioridade – em termos de resiliência – frente a outras agriculturas: as hortas podem ser cultivadas em pequenos lotes nos arredores e no interior das cidades, sendo menos afetadas pela elevação do preço da terra que leva ao fracionamento dos terrenos e à redução da escala de produção. Pelo contrário, a redução dos

espaços produtivos aparenta, inclusive, estar sendo benéfica, em virtude da conhecida condição de escassez de da mão-de-obra.

Tal consideração vale para a produção e circulação do grupo das hortaliças em geral, ficando para as análises particulares as possíveis diferenças entre categorias específicas – folhas, flor, frutos e raízes e tubérculos –, como destacaram Bruno; Silva (2022). Ao comparar os dados do Censo Agropecuário de 1995, 2006 e 2017, estes autores observaram que as hortaliças de folhas (como alface, couve, agrião, rúcula, salsinha etc.) são as que têm o desempenho mais vinculado aos mercados de proximidade, tendo a produção aumentado durante todo o período, ainda que o perímetro urbano tenha crescido de forma expressiva. Já no caso das hortaliças de raiz (como a cenoura, o inhame e a mandioca), mais resistentes ao transporte, a grandes distâncias e ao maior tempo de armazenamento, o decréscimo na produção foi acentuado.

As vantagens são melhor asseguradas através da instituição de circuitos curtos ou de proximidade. A redução do número de intermediários, ou mesmo sua eliminação é um critério importante para o funcionamento destes circuitos, pois pressupõe um menor “aperto nos preços” pagos aos produtores e a promoção de relações pautadas em laços de confiança. É comum a presença do “agricultor-comerciante” nestes circuitos, muitas vezes associados ao abastecimento de orgânicos na Grande Florianópolis (Gelbecke et. al, 2019).

Estes agentes fazem uso das suas redes de relações sociais e vínculos de confiança - facilitados pelo contato estreito com o consumidor e mesmo por relações de parentesco e vizinhança – como oportunidade diferenciada para a inserção no mercado. Através do uso da noção de capital relacional - recursos enraizados (*embedded*) em relações sociais e de usufruto dos seus detentores, que garantem acesso a informações e outros bens valiosos e geram oportunidades diferenciadas -, identificamos que os agricultores-intermediários ocupam lugares estratégicos nas cadeias produtivas, como o processamento e embalagem pós-colheita, o transporte e a prática da feira do produtor ou da venda no pequeno varejo, tornando-se indispensáveis ao funcionamento regular dos circuitos.

A ausência da indústria e das grandes redes de supermercados nos circuitos de proximidade está propiciando o aumento do valor social não só da AUP e da maneira de produzir dos agricultores, mas também de outras fases dos

circuitos que se estendem até a mesa do consumidor. Neste caso, os atributos de “fresco”, “saudável”, “natural” etc. não só estariam beneficiando a produção “na natureza” (a que não passa pela indústria), mas também as atividades que se acoplam “a juzante” desta. Silva (2008) avalia que a sociologia desses círculos “da qualidade não industrial” centra-se, pois, nas relações entre produtores artesanais ou coloniais, feirantes, comerciantes especializados, donos de restaurantes, chefs de cozinha, entre outros, além de certo número de consumidores urbanos interessados.

Trata-se de um cenário que tende a expandir-se, estreitando vínculos entre o mundo da produção não industrial e o mundo do consumo urbano. Fica, para a pesquisa empírica, a necessidade de se aprofundar o exame destes circuitos produtivos da AUP e seu funcionamento, que provavelmente terão um papel importante na definição de novas perspectivas de da produção alimentar na região da Grande Florianópolis.

Referências

BARRETO, Thais C. N.; CAMPOS, Nazareno José de; HOFFMANN, Geovano Pedro. A gramicultura em Biguaçu (SC) no tempo e espaço: Gradual inserção em uma agricultura urbana. LOCATEL, Celso D.; HESPANHOL, Antonio N.; SILVA, Clécio A. **Agricultura Urbana e Periurbana. Materialidades, possibilidades e contradições**. Curitiba, Ed. CRV, p. 188-206, 2022.

BRUNO, Lincon B.; SILVA, Clécio A. da. A geografia da produção agrícola nos municípios conurbados da Grande Florianópolis. LOCATEL, Celso D.; HESPANHOL, Antonio N.; SILVA, Clécio A. **Agricultura Urbana e Periurbana. Materialidades, possibilidades e contradições**. Curitiba, Ed. CRV, p. 163-186, 2022.

CÂMARA, Yuri A. M.; LOCATEL, Celso D. Território normado e a negação do lugar à agricultura em áreas urbanas dos municípios da região metropolitana de Natal. LOCATEL, Celso D.; HESPANHOL, Antonio N.; SILVA, Clécio A. **Agricultura Urbana e Periurbana. Materialidades, possibilidades e contradições**. Curitiba, Ed. CRV, p. 88-105, 2022.

CARIO, Silvio Antonio Ferraz; BUZANELO, Edemar J. Notas sobre a teoria Marxista da renda da terra. **Revista de Ciências Humanas**, v. 5, n. 8, p. 32-47, 1986.

CORRÊA, Josel Machado; CÔRREA, Walquíria Krueger; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. A problemática da definição e da delimitação do espaço rural e urbano – mudanças no espaço rural e práticas institucionais: o exemplo da ilha de Santa Catarina. **Geografia**, Rio Claro, vol. 26(1): 37-58, abril 2001.

GELBCKE, Dainele. L et al. A “proximidade” nos circuitos de abastecimento de alimentos orgânicos da Grande Florianópolis – SC – Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, p. 539-560, 2019.

HESPANHOL, Rosangela A.; HESPANHOL, Antonio N. A agricultura urbana e a produção de alimentos nas cidades. Celso D.; HESPANHOL, Antonio N.; SILVA, Clécio A. **Agricultura Urbana e Periurbana. Materialidades, possibilidades e contradições**. Curitiba, Ed. CRV, p. 235-251, 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2025. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html>. Acesso em: 02 de maio de 2025.

_____. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 07 de maio de 2025.

_____. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 de julho de 2025.

_____. **Censo Demográfico de 2022**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 de julho de 2021.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARX, Karl. **O capital: o processo global de acumulação capitalista**. V.1. São Paulo: Difel, 1982.

ROCHA, Fernando G. **Modernização técnico-científica na agricultura e relações rural-urbanas: uma aproximação a partir dos círculos de cooperação**

e dos circuitos espaciais da produção na rizicultura sul catarinense. 2010. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SILVA, Ana Livia de A. **Agricultura familiar na área conurbada de florianópolis e sua inter-relação com a urbanização pós 1990.** 2025. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

SILVA, Clécio A. da. **A instituição dos circuitos de proximidade no sistema alimentar:** fatores de permanência e estratégias dos agentes. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. Sao Paulo, 2009.

SILVA, Clécio A. da; ROCHA, Fernando G. Contribuições da sociologia rural norte-americana e europeia aos conceitos de rural, urbano e suas relações. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 20, n. 2, p. 9-19, 2011.

SOLARI, Aldo. **Sociologia Rural latinoamericana.** Buenos Aires: Paidós, 1971.

WILKINSON, John.; MIOR, Luís C. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro: UFRRJ, n. 13, p. 29-45, 1999.